



MINUTA DE CONTRATO

N. /2026

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA, inscrito no CNPJ sob o nº 05.152.243/0001-69, com sede administrativa na Estância Turística de Paranapanema/SP, na Rua Joaquim Vieira de Medeiros, nº 695, Centro - CEP: 18720-081, neste ato representado por sua Presidente ANILANA RODRIGUES BICUDO, brasileira, casada, administradora, inscrita no CPF sob o nº 433.XXX.458-XX, doravante denominada simplesmente como CONTRATANTE e, de outro lado;

CONTRATADA: _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, neste ato representada por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

As partes acima identificadas têm entre si, justo e acertado, o presente Contrato Administrativo nº ____/2026, decorrente do Processo Administrativo nº 06/2026 e do Pregão Presencial nº 01/2026, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada para fabricação, fornecimento, entrega, montagem e instalação de mobiliário planejado para a nova sede administrativa do Instituto de Previdência Social dos Funcionários Públicos da Estância Turística de Paranapanema – IPESPEM, conforme Projeto Executivo de Interiores, Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo licitatório.

1.2. A execução do objeto compreende, dentre outros serviços e fornecimentos:

I – fabricação de mobiliário planejado sob medida;

II – fornecimento de materiais, ferragens, acessórios e acabamentos;

III – transporte dos móveis até a sede administrativa do IPESPEM;

IV – montagem, instalação, regulagem e fixação dos mobiliários;

V – realização dos ajustes necessários para perfeito funcionamento de portas, gavetas, ferragens e demais componentes;

VI – limpeza final e entrega dos ambientes em condições adequadas de utilização.

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital do Pregão Presencial nº 01/2026;

1.3.3. O Projeto Executivo de Interiores;

1.3.4. A proposta apresentada pela CONTRATADA;

1.3.5. Eventuais anexos e documentos integrantes do processo administrativo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 06 (seis) meses, contados da data de sua assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.





2.2. O prazo para fabricação, entrega, montagem e instalação dos mobiliários será de até 90 (noventa) dias, contados da emissão da ordem de fornecimento ou autorização formal para início da execução.

2.3. A entrega e instalação dos móveis ocorrerão somente após a conclusão da obra civil da nova sede administrativa do IPESPEM, incluindo a realização da limpeza pós-obra e liberação formal dos ambientes pela CONTRATANTE.

2.4. Eventual impossibilidade de execução decorrente da não liberação dos ambientes pela CONTRATANTE não será imputada à CONTRATADA, ficando automaticamente suspenso o prazo de execução até regular liberação.

2.5. O licitante vencedor deverá realizar visita técnica obrigatória antes do início da fabricação dos móveis, para conferência final das medidas, níveis, interferências e condições reais dos ambientes, assumindo integral responsabilidade pelas medições realizadas.

2.6. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante justificativa formal e autorização da autoridade competente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTE

3.1. PREÇO

3.1.1. O valor global do presente contrato é de R\$ _____
(_____).

3.1.2. No valor acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, compreendendo, dentre outros, materiais, ferragens, acessórios, acabamentos, transporte, montagem, instalação, mão de obra, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, tributos e quaisquer outras despesas incidentes sobre a execução contratual.

3.2. FORMA DE PAGAMENTO

3.2.1. O pagamento será realizado em parcela única, após a conclusão integral da fabricação, entrega, montagem e instalação dos mobiliários, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura e emissão do termo de recebimento definitivo pela fiscalização competente.

3.2.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária para crédito em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

3.2.3. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da CONTRATANTE, incidirá sobre o valor devido correção monetária pelo IPCA, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die, e multa de 2% (dois por cento).

3.3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.3.1. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.3.2. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, desde que apresente documentação comprobatória válida.

3.4. REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.4.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis, considerando que o prazo de execução do objeto é inferior a 12 (doze) meses.

3.4.2. O equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato poderá ser restabelecido, mediante solicitação formal da CONTRATADA, devidamente comprovada, nas hipóteses previstas no art. 124, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.





3.4.3. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da legislação vigente.

3.4.4. O presente contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à matéria.

4. CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. Constituem obrigações recíprocas das PARTES atuar com boa-fé, cooperação, transparência e lealdade contratual, adotando todas as medidas necessárias ao fiel cumprimento das disposições deste contrato.

4.2. Constituem obrigações e responsabilidades exclusivas da CONTRATANTE:

- a) fornecer à CONTRATADA todas as informações, documentos técnicos e condições necessárias à adequada execução do objeto;
- b) disponibilizar acesso aos ambientes da nova sede administrativa para realização das medições, entrega, montagem e instalação dos mobiliários;
- c) liberar os ambientes para instalação somente após a conclusão da obra civil e realização da limpeza pós-obra;
- d) acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor formalmente designado;
- e) comunicar à CONTRATADA eventuais irregularidades verificadas na execução do objeto;
- f) atestar a execução dos serviços e recebimento dos mobiliários para fins de pagamento;
- g) efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato;
- h) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato, Termo de Referência, edital e anexos;
- i) aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

4.3. Constituem obrigações e responsabilidades exclusivas da CONTRATADA:

- a) executar integralmente o objeto contratado em conformidade com o Termo de Referência, Projeto Executivo de Interiores, proposta apresentada e normas técnicas aplicáveis;
- b) realizar visita técnica obrigatória antes do início da fabricação dos móveis, responsabilizando-se integralmente pelas medições e conferências necessárias;
- c) fabricar, fornecer, transportar, montar e instalar os mobiliários planejados conforme especificações técnicas e quantitativos previstos no processo licitatório;
- d) fornecer todos os materiais, ferragens, acessórios, acabamentos, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários à perfeita execução do objeto;
- e) assegurar a qualidade, estabilidade, funcionalidade, acabamento e durabilidade dos mobiliários instalados;
- f) realizar todos os ajustes, alinhamentos, regulagens e correções necessárias ao perfeito funcionamento de portas, gavetas, corrediças, ferragens e demais componentes;
- g) responsabilizar-se pelo transporte, carregamento, descarregamento e movimentação dos móveis até o local de instalação;
- h) proteger pisos, paredes, portas, vidros, revestimentos e demais elementos da edificação durante a execução dos serviços;
- i) responsabilizar-se pela limpeza final dos ambientes após a conclusão da instalação;





- j) corrigir, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, quaisquer falhas, defeitos, irregularidades ou desconformidades verificadas nos mobiliários ou na instalação;
- k) cumprir os prazos estabelecidos neste contrato;
- l) atender às determinações da fiscalização e prestar todos os esclarecimentos necessários durante a execução contratual;
- m) responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do objeto;
- n) manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;
- o) responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do objeto;
- p) não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas neste contrato sem prévia autorização da CONTRATANTE.

5. CLÁUSULA QUINTA – QUALIDADE, GARANTIA E RESPONSABILIDADE TÉCNICA

5.1. A CONTRATADA deverá executar o objeto por meio de profissionais qualificados, observando as normas técnicas aplicáveis, boas práticas de fabricação e instalação de mobiliário planejado e especificações constantes do Projeto Executivo de Interiores.

5.2. A CONTRATADA será integralmente responsável pela qualidade técnica dos materiais empregados, ferragens, acabamentos, estabilidade estrutural, alinhamento, funcionalidade e perfeita instalação dos mobiliários.

5.3. Os mobiliários deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, funcionamento e acabamento, livres de defeitos, avarias, empenamentos, desalinhamentos, riscos, manchas ou imperfeições.

5.4. A CONTRATADA deverá garantir o adequado funcionamento de portas, gavetas, dobradiças, correções, sistemas de abertura, ferragens e demais componentes instalados.

5.5. A montagem e instalação deverão observar integral compatibilidade com os ambientes projetados, níveis, esquadros, interferências e demais condições da edificação.

5.6. Caso sejam identificados defeitos, falhas, vícios, irregularidades ou desconformidades na fabricação ou instalação dos mobiliários, a CONTRATADA deverá promover as correções, substituições ou reparos necessários, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

5.7. A CONTRATADA responderá pelos danos decorrentes de defeitos de fabricação, montagem inadequada, utilização de materiais incompatíveis ou execução em desacordo com as especificações técnicas do contrato.

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, técnica e legal da CONTRATADA quanto à qualidade, segurança, durabilidade e perfeita execução do objeto contratado.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA PREVENÇÃO A CORRUPÇÃO E A LAVAGEM DE DINHEIRO (PLD-FT)

6.1. A CONTRATADA se obriga, sob as penas previstas no Contrato e na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção, a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da CONTRATANTE.

6.2. A CONTRATADA declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estarem cientes dos dispositivos contidos na Lei





nº 12.846/2013 e se obriga a tomar todas as providências para fazer com que seus administradores, funcionários e representantes tomem ciência quanto ao teor da mencionada Lei;

6.3. A CONTRATADA, no desempenho das atividades objeto deste CONTRATO, compromete-se perante a CONTRATANTE a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º.

6.4. A CONTRATADA declara que, direta ou indiretamente, não ofereceu, prometeu, pagou ou autorizou o pagamento em dinheiro, deu ou concordou em dar presentes ou qualquer objeto de valor e, durante a vigência do Contrato, não irá ofertar, prometer, pagar ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer objeto de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a CONTRATANTE e/ou seus negócios.

6.5. A CONTRATADA obriga-se a conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes no país;

6.6. A CONTRATANTE, neste ato, disponibiliza a CONTRATADA seu Código de Ética que poderá ser obtido no site www.ipespem.com.br, para que seja conhecido e divulgado a todos os partícipes deste contrato.

7. CLÁUSULA SETIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1. A CONTRATADA se obriga a manter estrita confidencialidade sobre todas as Informações que sejam classificadas pela CONTRATANTE como "Informações Confidenciais" e a empregar todos os meios para proteção de Informações Confidenciais, bem como a exigir que as pessoas por elas envolvidas no objeto do Contrato respeitem a confidencialidade destas informações, podendo a CONTRATANTE exigir que a CONTRATADA obtenha destes terceiros acordos de confidencialidades nos mesmos moldes desta cláusula, antes de sua divulgação;

7.2. Não é considerada Informação Confidencial aquela que: (i) estiver em domínio público antes de sua obtenção pela CONTRATADA; (ii) cair em domínio público em decorrência de publicação ou de qualquer outra forma autorizada pela CONTRATANTE; (iii) informações disponibilizadas em sites de domínio público ou sites de Órgãos Fiscalizadores e Reguladores, incluindo os lançamentos de informações constantes ou à constar, publicamente, em domínios do Ministério da Previdência Social (MPS) e da Secretaria de Previdência Social (SPREV); (iv) legitimamente já era conhecida pela CONTRATADA antes de sua revelação; e (v) não puder causar qualquer tipo de prejuízo à CONTRATANTE, se divulgada;

7.3. A CONTRATANTE declara-se ciente e concorda que a CONTRATADA preste informações, inclusive as Informações Confidenciais, em cumprimento de lei, de atos normativos de autoridades e órgãos governamentais, quando por estes requisitados;

7.4. A CONTRATANTE desde já, consente e conseqüentemente autoriza, expressamente, a CONTRATADA, a fazer uso/tratamento dos seus dados, nos termos dos artigos 7º, inciso I; artigo 11, inciso I e por fim, artigo 26, § 1º, inciso IV, todos da Lei n.º 13.853 de 2.019 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

7.5. A CONTRATANTE, neste ato, disponibiliza a CONTRATADA sua Política de Segurança da Informação a qual poderá ser obtido no site www.ipespem.com.br, para que seja conhecida e divulgada a todos os partícipes deste contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará o contratado às sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.

9. CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.





10. CLAUSULA DECIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento:

Unidade: 03.01 INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL

Executora: 03.01.01 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Funcional Programática: 09.272.0508.2.508000 CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADE PREVIDENCIÁRIA

Categoria Econômica: 4.4.90.52.00 - Material e Equipamento Permanente

Ficha: 1882 - principal

Sub-elemento - Ficha 1893 - Mobiliários em geral

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – FORO (art. 92, §1º)

É eleito o Foro da Comarca de Paranapanema para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Paranapanema, - de junho de 2026.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

